Portaria n.º201701001427 de 30/10/2017 - Proc n.º 002017730022283/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Edilson Coelho dos Santos – CPF: 569.503.142-72
Marca: CHEV/PRISMA 1.4AT LTZ ECONOFLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201701001429 de 30/10/2017 - Proc n.º 002017730022378/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Jose Edilberto de Freitas Vieira – CPF: 259.779.622-15
Marca: CHEVROLET/COBALT 18A LTZ ECONOFLEX Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT**Portaria n.º201704007003, de 30/10/2017 - Proc n.º 2017730022494/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Paulo Pereira da Silva – CPF: 105.500.972-87
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 1.4MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69L0FG265679

Portaria n.º201704007005, de 30/10/2017 - Proc n.º 2017730022502/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Marcio Lobo de Lima – CPF: 586.753.702-10
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/UNO SPORTING 1.4/Pas/Automovel/9BD195193D0419311

Portaria n.º201704007007, de 30/10/2017 - Proc n.º 2017730022443/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: João Bosco Pimenta Rodrigues – CPF: 181.782.602-63
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713MH3313811

PORTARIAS DE REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT**Portaria n.º201704007009, de 30/10/2017 - Proc n.º 0020177300219559/SEFA**

Motivo: Revogar a concessão da isenção do IPVA ao veículo de 01/01/2016 a 31/12/2016

Base Legal: art. 1º, § 1º, IV c/c §§ 5º e 6º da Lei nº 6.017/96 revogação decorrente de mudança de categoria em veículo beneficiado, placa 30/11/2016.

Interessado: Lucidalva Avelar Figueiredo – CPF: 093.614.722-91
Marca/Tipo/Chassi

I/CHEVROLET CLASSICLS/Pas/Automovel/8AGSU19F0ER154417

Protocolo: 243113**ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF****ACÓRDÃO****PRIMEIRA CÂMARA**

ACÓRDÃO N.5546- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12021 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 642013510000434-1). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO ESTADUAL SUSPENSÃO. 1. É dever do contribuinte cumprir com suas obrigações acessórias, dentre elas, manter sempre sua inscrição estadual regular. 2. Deve ser efetuado o recolhimento de ICMS, de modo antecipado, nos termos do art. 108, §7º, do RICMS-PA, quando verificado que o contribuinte, destinatário das mercadorias em operações interestaduais, encontra-se com sua inscrição estadual suspensa. 3. Deixar de recolher ICMS, estando o contribuinte com inscrição estadual suspensa, na entrada do território paraense, constitui infração à legislação tributária estadual e sujeita o contribuinte à penalidade estabelecida em lei, independentemente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/10/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 11/10/2017.

ACÓRDÃO N.5547- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12175 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012014510011377-9). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS. OPERAÇÃO NÃO ESCRITURADA EM LIVRO FISCAL. 1. Rejeita-se a preliminar de cerceamento ao direito de defesa, quando verificado que os fundamentos jurídicos do lançamento tributário encontram-se em consonância com a matéria fática comprovada nos autos, constando assim de elementos suficientes para cognição da acusação fiscal. 2. Deixar de recolher ICMS relativo à operação não escriturada em livros fiscais sujeita o contribuinte à penalidade disposta na lei. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/10/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 11/10/2017.

ACÓRDÃO N.5548- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12561 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 392015510000428-1). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. NÃO RECOLHIMENTO DO

IMPOSTO. 1. É defeso aos órgãos de julgamento administrativo-tributário a apreciação de ilegalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato. Inteligência do art. 26, III, da Lei nº 6.182/1998. 2. A aplicação de multa visa desestimular a prática de ilícitos, não havendo confusão em sua imposição, desde que devidamente prevista em lei para o caso em concreto. 3. A falta de recolhimento do imposto devido por sujeição passiva por substituição tributária sujeita o contribuinte substituto às penalidades da lei, sem prejuízo do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/10/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 11/10/2017.

ACÓRDÃO N.5558 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 12191 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012016730002323-5). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. IMPROCEDÊNCIA. 1. Quando comprovado que as receitas registradas no livro caixa do contribuinte dão lastro financeiro para suportar as despesas pagas no período, objeto de autuação, não há que se falar em exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL pela regra do art. 29, IX, da Lei Complementar 123/2006. 2. Recurso conhecido e provido para declarar a improcedência do Ato de Exclusão do Simples Nacional. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/10/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 16/10/2017.

ACÓRDÃO N.5559- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11667 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 062011510000043-1). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. USO INDEVIDO DE CRÉDITO. 1. Devem ser excluídos do lançamento tributário os valores que ali constaram de forma indevida, comprovado por meio de diligência fiscal pertinente. 2. O aproveitamento indevido de crédito sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do pagamento do imposto devido. 2. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/10/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 16/10/2017.

ACÓRDÃO N.5560- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12293 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012013510012779-9). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. CONSTRUÇÃO CIVIL. 1. Equipara-se a contribuinte, para efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, a empresa de construção civil que adquire mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-se ao ativo permanente ao uso ou consumo, nos termos do art. 14, § 4º, do Decreto nº 4.676/2001. 2. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso/consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Voto vencido do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do recurso, por entender que o Estado do Pará não possui legislação para a cobrança do Diferencial de Alíquotas, não sendo a CF/1988 autoaplicável para a exigência de tributos. Voto contrário da Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e provimento do recurso, em razão de a recorrente ser empresa de construção civil, não sendo, portanto, contribuinte do ICMS, logo consequentemente não sujeita ao DIFAL, seguindo entendimento do STJ. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 11/10/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 16/10/2017.

Protocolo: 243132**BANCO DO ESTADO DO PARÁ****TERMO ADITIVO A CONTRATO****TERMO ADITIVO Nº: 03**DATA DE ASSINATURA: **30.10.17**VALOR: **R\$-6.636.385,48 (Seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).**VIGÊNCIA: **30.12.17 a 29.12.18**CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: **Outros**JUSTIFICATIVA: **Prorrogação de prazo**CONTRATO Nº: **161**EXERCÍCIO: **2014**CONTRATADO: **PROSEUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA**ENDEREÇO: **Av. Senador Lemos Nº 95 – Bairro: Umarizal**CEP: **66050-000** Belém/PATELEFONE: **(91) 4005 3352**ORDENADOR: **Augusto Sérgio Amorim Costa****Protocolo: 243092****OUTRAS MATÉRIAS****BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**CNPJ: **04.913.711/0001-08 - NIRE: 153.0000011-4**

Avenida Presidente Vargas, nº 251, Campina

CEP **66.010-000 – Belém-Pará****FATO RELEVANTE****PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO****REFERENTE AO****3º TRIMESTRE DE 2017**

Comunicamos aos senhores acionistas que o Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A., reunido em 30 de outubro de 2017, deliberou pagar Juros sobre Capital Próprio, relativo

ao terceiro trimestre de 2017, no montante de R\$14.169.283,38 (quatorze milhões, cento e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), equivalente ao valor unitário por ação ON de R\$1,48811234, com retenção de imposto de renda na fonte de 15%, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos.

O pagamento ocorrerá em 16 de novembro de 2017, conforme segue:

a) Os acionistas que possuem opção de crédito cadastrada no Banpará ou no Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira depositária das ações de emissão do Banpará, terão seus benefícios creditados em sua conta corrente automaticamente;

b) Os acionistas que não possuem opção de crédito cadastrada junto ao Banpará ou Banco Bradesco S.A. deverão, a partir desta data, procurar uma agência do Banco Bradesco S.A. para a atualização cadastral e, então, recebimento dos respectivos valores a que têm direito.

2. Terão direito aos Juros sobre Capital Próprio todos os detentores de ações do Banpará na data base de 06 de novembro de 2017.

3. A partir de 07 de novembro de 2017, as ações da Companhia serão negociadas “Ex-direito” aos Juros Capital Próprio 3T2017.

4. Nos termos do Artigo 44, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia e do art. 9º da Lei nº9.249/95, sobre os dividendos serão deduzidos os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio, a cada exercício.

5. Os Juros Sobre Capital Próprio não reclamados prescrevem em três anos, conforme legislação em vigor (Lei 6404/76, artigo 287, item II), contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Belém (PA), 30 de outubro de 2017.

BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA

Diretor de Controladoria, Planejamento e Relações com Investidores

Protocolo: 243088**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO****TERMO ADITIVO A CONVÊNIO****Termo Aditivo: 7º**

Convênio: 073/2014

Processo: 204270/2014

Objeto: Prorrogar por solicitação o Prazo de Vigência

Data da Assinatura: 30/10/2017

Vigência: 01/11/2017 a 30/04/2018

Partes:

Beneficiário ente Público: Município de Ananindeua

Concedente: SEPLAN

Ordenador: José Alberto da Silva Colares

Protocolo: 243023